

— SEMANA DA MEMÓRIA —

80 ANOS DO HOLOCAUSTO:

Memória, Justiça e Direitos Humanos

HANS FRANK, O TRIBUNAL DE NUREMBERG E O DIABO

Cássio Miranda





HANS FRANK, O TRIBUNAL DE NUREMBERG E O DIABO

Cássio Miranda¹

*Não permita que as pessoas digam que não tinham ideia do que acontecia.
Todos sabiam que havia algo profundamente errado com o sistema.*

Hans Frank

Atreveu-se William Lawrence Shirer, jornalista e historiador americano, a escrever a história da ascensão e queda do Terceiro Reich². E o fez muito bem, respaldado em vasta documentação.

A burocracia nazista gerou toneladas de documentos, muitos dos quais serviram de prova nos julgamentos de Nuremberg. Somente do Ministério do Exterior germânico foram apreendidas pelo Primeiro Exército Americano, em vários lugares, minas abandonadas e castelos, na montanha Harz, no norte da Alemanha, 485 toneladas de papéis que seriam queimados, mas não houve tempo. O Exército Vermelho, da extinta URSS, que foi o primeiro a entrar em Berlim, depreende-se diante das circunstâncias, deve ter apreendido outras tantas toneladas oriundas de vários setores da administração hitlerista.

William Shirer viveu e trabalhou sob o Terceiro Reich durante a primeira metade da existência do regime totalitário alemão, como jornalista correspondente da *CBS*³, do *Chicago Tribune* e do *New York Herald Tribune*, que ostentava a seguinte inscrição no átrio do prédio onde funcionava sua redação: “é mais tarde do que você pensa”⁴. E, depois da guerra, pôde fazer uma exaustiva pesquisa sobre o objeto do seu estudo. Isso o credenciou a cumprir satisfatoriamente o seu intento, resultando numa portentosa obra que é fonte obrigatória para quem quer que se interesse seriamente sobre tema.

Diz Shirer (1967, v. 1, p.9), equivocando-se, porém, quanto ao momento, que Hans Michael Frank, Governador-Geral da Polônia sob jugo nazista, não sem razão, admitiu, pouco antes de ser enforcado em Nuremberg, que “mil anos passarão, e a culpa da Alemanha não será apagada”.

¹ O autor é Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Este ensaio integra o seu livro intitulado TUDO É VERSÃO: ENSAIOS DESCONEXOS E NOTAS DESIMPORTANTES, que será publicado com a brevidade possível. Nascido no Principado do Gonzalo, Município de Jacobina, hoje pertencente ao Município de Caém, no sertão da Bahia, sonhava em ser vaqueiro, mas o destino o quis funcionário público em sentido lato.

² Também o historiador britânico Richard J. Evans tem obra similar, igualmente portentosa, publicada em três volumes: A Chegada do Terceiro Reich, O Terceiro Reich no Poder e O Terceiro Reich em Guerra.

³ Columbia Broadcasting System (Sistema de Radiodifusão Colúmbia).

⁴ Esta frase é atribuída ao cineasta americano Walter Oberst (1897/1953): “aproveite sua vida; já é mais tarde do que você pensa”. Assim posta, ela não passa de um plágio do apotegma de Horácio (65 a.C. / 8 a.C.), poeta lírico e satírico romano, filho de escravo: *carpe diem (dum loquimur, fugerit in vita aetas: carpe diem quam minimum credula postero, ou seja, “enquanto estamos falando, terá fugido o tempo invejoso; colhe o dia, quanto menos confia no de amanhã”*. Contudo, na forma como estava exposta no *Herald Tribune*, instigava a cuidar o quanto antes da atividade laboral porque o tempo urge.

A bem da verdade, Hans Frank não disse essa frase momentos antes de ser enforcado, como anotou Shirer, mas durante seu julgamento perante o Tribunal de Nuremberg e de uma forma muito diferente quanto ao aspecto temporal, segundo Roland (2013, p. 144). Perguntado por seu advogado, Dr. Alfred Seidl, se teria participado alguma vez de extermínio de judeus, admitiu sentir “uma culpa profunda”, assumiu a responsabilidade, embora tenha dito que nunca criara um campo de extermínio para os judeus ou incentivara a existência desses campos e, por fim, asseverou: “é meu dever responder à sua pergunta com um ‘sim’. Mesmo depois de um milhão de anos a culpa da Alemanha ainda existirá”. Equivocou-se também Paul Roland na transcrição ao referir-se a “um milhão de anos”. A fonte primária, o interrogatório de Hans Frank perante o Tribunal de Nuremberg, registra o seguinte: “mil anos passarão e ainda assim essa culpa da Alemanha não terá sido apagada”.

O jornalista Howard K. Smith, da CBS, conforme Kahn (1973, p. 155), foi testemunha ocular dos últimos momentos de Hans Frank diante da execução da pena capital e narrou o seguinte:

Ele foi o único dos condenados a entrar na câmara com um sorriso em seu semblante. Apesar de nervoso e de engolir em seco seguidamente, esse homem, que havia se convertido à fé católica romana após sua prisão, parecia aliviado com a perspectiva de expiar sua culpa por seus atos demoníacos. Ele respondeu calmamente à chamada de seu nome e quando perguntado se tinha alguma última declaração a fazer, disse numa voz que era quase um suspiro: eu agradeço o tratamento que tive durante o cativeiro e peço a Deus que me receba em sua piedade.

Goldensohn (2005, p. 56), no entanto, diz que Hans e sua esposa Brigitte Herbst Frank, com quem se casara em 1925, seis meses depois que se conheceram, formava um casal católico, o que contradiz Kahn (1973). De fato, a dita conversão de Hans Frank ao catolicismo não se deu após sua prisão, mas por tradição familiar. Perguntado pelo psiquiatra estadunidense Leon Goldensohn⁵, que entrevistou réus e testemunhas em Nuremberg, sobre sua religião, respondeu: “sou um católico reconhecido. Na Alemanha, o filho sempre adota a religião da mãe. A minha é católica”. Ao que tudo indica, por outro lado, Hans Frank devia ser um “católico do IBGE”, como se diz por aqui, ou seja, consta no censo como católico, mas não é católico de fato. No caso dele, o afastamento ocorreu não apenas do catolicismo, mas igualmente do cristianismo por conta da ideologia nazista, inclusive no seu aspecto religioso anticristão. Daí porque se diz que teria se convertido ao catolicismo, quando o certo seria dizer “reconvertido”. Crasnianski (2018, p. 96) afirma que “alguns meses depois de ser preso, ele tinha se convertido ao catolicismo, graças ao padre franciscano irlandês Sixtus O’Connor”.

Hans Frank revelou a Leon Goldensohn que não se dava bem sexualmente com sua esposa: “Não somos bem ajustados em matéria de sexo. Ela é do tipo frio tipicamente norte-prussiano, não se interessa por sexo, apenas pelos acontecimentos do dia-a-dia”⁶. Ainda assim, tiveram cinco filhos, três meninos e duas meninas, com idades entre seis e dezoito anos à época em que ele estava preso em Nuremberg. Gostar de sexo não é gostar de fazer filho e vice-versa, obviamente. Às mulheres do Terceiro Reich, como se sabe, era cobrada a obrigação de procriar

5 Op.cit., p. 57.

6 Ibidem, p. 56.

com fins eugênicos no firme propósito de multiplicação da prole para propagação da suposta superioridade racial ariana, o que nunca passou de uma farsa.

Bem que Hans Frank quis divorciar-se, mas Hitler, que era contra o divórcio de um modo geral, e acentuadamente de seus comandados mais relevantes, o proibiu quando a ação judicial já tinha sido ajuizada, o que quase me fez sentir pena desse arremedo de homem, que não integrava o chamado “círculo íntimo do *Führer*”⁷:

Durante muitos anos, não tive relacionamento de marido com minha mulher. Em 1942, quis me separar, e de fato a ação de divórcio estava em andamento. Então Hitler interferiu e a proibiu. Minha mulher havia escrito para Hitler, e ele disse que eu não podia me divorciar porque ele não queria. Esse é um exemplo que mostra o quão longe foi a influência de Hitler na Alemanha. Uma semana após eu ter requerido o divórcio, o ministro da Justiça me informou que Hitler desaprovava a ação. No verão de 1943, encontrei-me com Hitler por acaso, e ele me disse que em hipótese nenhuma eu seria autorizado a me divorciar. (GOLDENSOHN, 2005, p. 66).

Ao vetar o divórcio de Frank sob nenhuma hipótese, certamente Hitler detinha, como era de se esperar, informações privilegiadas sobre o seu entorno e mais adiante. Seguramente, Hitler sabia que havia chumbo trocado naquele casamento, mas um divórcio era algo que afetaria, na visão dele, a imagem do Reich alemão. Eis a moral nazista: Corno, sim. Divorciado, jamais!

Crasnianski (2018, p. 92) aborda a questão do casamento de Hans com Brigitte:

O casamento dos Frank não é feliz. Hans raramente está presente. (...) Brigitte não corresponde em nada ao ideal da mulher nazista, devotada à família e que nunca abandona o lar. É ambiciosa, fútil e tem um caso com um dos amigos de Frank. Dizem que teria começado a traí-lo já na lua de mel, com o filho de um armador em Hamburgo. Mas quando Frank pede o divórcio, após ter reencontrado seu amor de infância, uma certa Lilly Groh, (...) chega a denunciar sua amante como judia a Heinrich Himmler. (...) Pede também a Hitler para se opor ao pedido de divórcio do marido, “preferindo ser viúva a divorciada de um ministro do Reich” – frase que o seu filho Niklas adora.

Hans Frank não ignorava que sua esposa era adúltera. Alegava que ela possuía amantes, especialmente o seu amigo⁸ Karl Lasch, que Frank dizia ser o pai do filho caçula Niklas, a quem apelidara de “estrangeiro”. Costumava brincar com esse menino, que depois se lembraria do pai correndo atrás dele em volta da mesa sem alcançá-lo e perguntando: “Quem é você, pequeno estrangeiro? Você nem sequer pertence à nossa família, não é mesmo? Então, o que quer, pequeno estrangeiro”. Brigitte Frank, no entanto, quando não tinha certeza da paternidade, preferia abortar e alegava para o seu marido que tivera um aborto espontâneo ou que o bebê era prematuro e não sobrevivera. (CRASNIANSKI, 2018, p. 89)

7 Eis os integrantes do círculo íntimo de Hitler: 1. Albert Speer; 2. Joseph Goebbels; 3. Hermann Göring; 4. Heinrich Himmler; 5. Reinhard Heydrich; 6. Martin Bormann; 7. Rodolph Hess. Levado para o Partido Nazista pelo poeta e dramaturgo Dietrich Eckart, “Frank caiu rapidamente sob o encanto de Hitler, embora jamais tenha feito parte do círculo íntimo deste” (EVANS, 2014, p. 234)

8 Amigo? Se bem que a máxima de experiência revela que quem come inimigo é índio (ou indígena, se preferir a moda da nova nomenclatura que nada muda a situação do aborígene).

Hans Frank, que já pulava a cerca antes, passou a ter um relacionamento amoroso com uma mulher cujo nome nunca revelou, mas que, segundo ele, era antinazista: “uma oponente fanática de Hitler e de tudo o que estivesse ligado ao nacional-socialismo”⁹, chegando a afirmar que se tivesse casado com ela não se tornaria nazista. Como, então, conseguiu essa mulher, cujo nome é Lilly Groh¹⁰, ter sido amante de Hans Frank é uma questão que talvez a complexidade da natureza humana responda. Hannah Arendt não foi amante de Martin Heidegger?¹¹ A anarquista Leonora Rodrigues de Oliveira e o Delegado Sérgio Paranhos Fleury¹², símbolo da repressão durante a Ditadura Militar no Brasil, também celebraram um pacto de amor clandestino. Que coisa estranha e poderosa é o amor¹³.

Hans Frank, ainda durante as entrevistas com o psiquiatra Leon Goldensohn (2005) declarou que o seu pai, Karl Frank, era advogado e tinha muitos amigos judeus. Ora diz que o pai era um democrata e ferrenho opositor do Partido Nazista, ora que era apolítico, bem-humorado e que gostava de vinhos. Uma coisa não exclui a outra quanto a ser bem-humorado, gostar de vinhos e ser ou não apolítico. Mas, não se pode ser apolítico, democrata e opositor acirrado do nazismo simultaneamente. Se fosse opositor veemente do nazismo, muito provavelmente não teria sobrevivido, já que morreu como um homem livre em 15 de janeiro de 1945. Os opositores do nacional-socialismo, como se sabe, acabavam num campo de concentração, quando não eram assassinados pura e simplesmente.

Como advogado, por patrocínio infiel, o pai de Hans Frank, em 1925, foi expulso da ordem dos advogados numa causa de divórcio em que ele representava o marido, mas comovido pelo choro da esposa, passou a aconselhá-la. Foi reintegrado à ordem três anos depois e exerceu a advocacia até o final de sua vida. Bem antes, quando o seu filho passou a aproximar-se de Hitler e do Partido Nazista, Karl Frank o aconselhou: “surpreende-me que você não veja quão tolo é esse Hitler. Ele é insuportável, não consigo entender por que ele o atrai. Vocês vão ver o que vai acontecer” (GOLDENSOHN, 2005, p. 63). Também um ex-professor de Hans o advertiu sobre sua vinculação com os nazistas, chegando a vaticinar: “Afastem-se dessas pessoas! Nada de bom virá disso! Movimentos políticos que começam nos tribunais criminais terminarão nos tribunais criminais!”. Hans Frank não ouviu os conselhos de seu pai nem do seu mestre. Prosseguiu e “fez nome defendendo¹⁴ nazistas em casos criminais na década de 1920 e dali progrediu para se tornar Comissário de Justiça do Reich e chefe da Liga dos Advogados Nazistas”(EVANS, 2012, 34). Quando estava preso em Nuremberg, no entanto, aconselhou o seu filho mais velho, Norman, com as seguintes últimas palavras: “Seja forte e lembre-se de nunca falar sem antes ter pensado bem no que vai dizer”¹⁵. Um bom conselho, por sinal.

Sobre o casamento dos pais de Hans Frank, Crasnianski (2018, p. 87) nos dá notícia:

9 Ibidem, p. 68.

10 Crasniansky (2018, p. 92)

11 Vide Abbott (2016): “Ela se tornou a paixão de sua vida, conforme recordaria anos depois, e ele não tinha forças para resistir. (...) Hannah tinha certeza de que ele entrara para o Partido Nacional-Socialista, tendo proferido um discurso favorável à Hitler em sua nova função como reitor. (...) Nas palavras de Hannah, Heidegger ‘mente descaradamente e a cada oportunidade’, não sendo propriamente um homem de mau caráter, mas destituído de caráter”.

12 Souza (2000) afirma que Leonora não se importava de ser a segunda nas convenções sociais porque sabia que era a primeira no coração de Fleury.

13 Vide o texto Amores Estranhos neste livro.

14 Outro advogado promissor que atuava na defesa de nazistas era Carl Sack. “Ambos acabariam sua vida na forca. Sack, por participar da conspiração contra Hitler, a 20 de julho de 1944, e Frank, pelo que praticou, em nome de Hitler, na Polônia”, comenta Shirer (1967, v.1, p. 215).

15 Conforme Chasnianski (2018, p. 95)

Hans Frank veio de uma família de três filhos da classe média alemã. A união de seus pais deteriora, e, com as crianças ainda pequenas, a mãe deixa o lar e vai viver com o amante. Hans Frank fica então dividido entre o pai e a mãe.

Hans Frank refere-se à mãe dele, Magdalena Buchmaier, como sendo uma mulher culta que, nas cartas que lhe enviava para a prisão em Nuremberg, sempre fazia citações de Goethe e Schiller. E faz uma fofoca familiar: “quem mais critica minha mulher é minha mãe. Mesmo agora que vive sozinha, ela se recusa a receber minha mulher. Não há absolutamente nenhum elo de amizade entre as duas” (GOLDENSOHN, 2005, p. 66).

Hans Frank, diante do Tribunal de Nuremberg, antes de buscar refúgio na religião, culpou Hitler, dizendo que dele teria partido a ideia de exterminar fisicamente os judeus durante a guerra, descumprindo o programa do Partido Nazista que, afirmava agora, se limitava à eliminação da influência judaica na Alemanha. Entretanto, estava disposto a fazer em suas alegações finais a defesa de Hitler a pretexto de que, não obstante estivesse morto, tinha advogado para ele e, neste momento, todos os acusados queriam, de alguma forma, transferir-lhe responsabilidades. Ocorre que, à evidência, Frank fazia o mesmo porque o seu suposto discurso de defesa é paradoxal. Mesmo que tenha ensaiado uma defesa de Hitler, inclusive com a finalidade insustentável de que o *Führer* não se convertesse numa lenda, admite que bastaria uma palavra para condená-lo: Auschwitz. E onde fica Auschwitz? Na Polônia. E a que distância de Cracóvia, de onde Hans Frank comandava o terror? Mais ou menos 70 Km. Lá cerca de seis mil pessoas eram assassinadas diariamente. Estava apenas tecnicamente fora do território do governo-geral comandado por Hans Frank.

E, mais uma vez, Hans Frank tripudia e tenta dissimular, desrespeitando a inteligência do homem médio: “meu quartel-general ficava em Cracóvia, no velho palácio real. Portanto, pode-se dizer que fui rei por cinco anos, mas sem poder”, anotou Goldensohn (2005, p. 59).

Alegaria também que o campo de concentração de Auschwitz estava fora do território do Governo-Geral, mas isso não o isenta da responsabilidade de ter cumprido fiel e eficientemente as tarefas criminosas ordenadas ou inspiradas no *Führer*, inclusive nos campos de concentração de sua área administrativa, como se não fosse suficiente a sua culpa pelo aconteceu no Gueto de Varsóvia, além do assassinato em massa da intelectualidade polonesa e da população sob o domínio do Governo-Geral, sendo o povo judeu o seu alvo preferencial. Aliás, Arendt (1999, p. 153) recorda qual era o “imperativo categórico do III Reich”, na concepção difundida por Hans Frank: “Aja de tal modo que o *Führer*, se souber de sua atitude, a aprove”.

Também quis culpar Himmler pelas atrocidades cometidas em solo polonês, alegando que não possuía autoridade sobre a polícia e a poderosa SS. Durante seu interrogatório, porém, deu-se o seguinte diálogo entre o Promotor Assistente Lev Nikolayevich Smirnov¹⁶, da URSS, e o réu Hans Frank:

SMIRNOV: a liderança da administração do Partido Nacional Socialista e da Polícia estava concentrada em suas mãos. Portanto, você é responsável pela administração, pela Polícia e pela vida política do Governo-Geral.

FRANK: Antes de responder a essa pergunta, devo protestar quando você diz que eu tinha o controle da Polícia.

¹⁶ O Promotor-Chefe foi Roman Rudenko. Lev Smirnov chegou a ser Presidente do Supremo Tribunal da URSS, de julho de 1962 a setembro de 1972. Em 1946, também atuou no Tribunal Internacional de Tóquio ou Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente

SMIRNOV: Acredito que essa é a única maneira de interpretar as ordens do Führer e os outros documentos que lhe apresentei.

Os documentos aos quais se referiu Smirnov eram decretos expedidos pelo réu Frank, diretrizes oriundas do Partido Nazista, além do seu minucioso diário, onde ele registrava com exatidão todos os seus atos, sendo prova irrefutável dos seus abomináveis crimes. Em uma de suas anotações constava: “nunca hesitei em dizer que se um alemão for morto, cem poloneses serão mortos”. Em uma ocasião, pelo menos, sequer foi preciso a morte de um alemão para que cem poloneses fossem executados. Em 29 de janeiro de 1944, em Szarów, próximo de Cracóvia, o trem em que Hans Frank viajava descarrilhou devido a um artefato explosivo instalado na linha. Ninguém morreu, mas foi o suficiente para Frank, em retaliação, ordenar a execução de 100 poloneses presos em Montelupich. Numa outra anotação em seu diário, Frank não deixa dúvida sobre seu propósito genocida: “temos de destruir os judeus em qualquer lugar onde estejam e sempre que possível”, observa Roland (2013, p. 54). Na mesma linha, Voegelin (2007, p. 126) acentua: “Todos os judeus têm de ser completamente privados de qualquer forma de vida legal”. E Evans (2018, p.81): “É um prazer ter, finalmente, condições de lidar com a raça judaica em termos físicos. Quanto mais morrerem, melhor; atacar os judeus é a vitória do nosso Reich. Os judeus têm de sentir que chegamos”.

Não bastassem as misérias humanas perpetradas contra o povo polonês, dos maus tratos aos morticínios, além da devastação material da Polônia com a subtração de seus recursos naturais e industriais, os nazistas, assim como fizeram por onde passaram como invasores, atacaram a cultura¹⁷ e roubaram bens de toda ordem e de valor artístico incomensurável, tais como objetos de arte, joias antiquíssimas, livros raros, instrumentos musicais, mobílias de época, moedas, pinturas, esculturas, etc. Saqueavam o que bem quisessem. Hans Frank decorou o seu quartel-general com obras de arte roubadas, muitas das quais foram despachadas para a sua casa na Baviera, inclusive “um Rembrandt, um Da Vinci, uma madona do século XIV de Cracóvia, além de paramentos e cálices roubados de igrejas polonesas”, tendo sido esses bens encontrados pelas tropas americanas em 1945 na casa de Frank na Baviera. E mais: havia uma disputa do butim cultural entre Hans Frank e Hermann Göring. A subtração de obras de arte era de tal ordem que o historiador de arte nazista Kajetan Mühlmann foi designado por Hitler para o cargo de Delegado Especial para a captação¹⁸ de obras de arte nos territórios ocupados pela Alemanha. Imbuído dessa autoridade, Kajetan Mühlmann repreendeu Hans Frank por pendurar um quadro de Da Vinci acima de um aquecedor (EVANS, 2018, p. 448; idem, 2012, p. 677). Crasnianski (2018, p.93) refere-se também a um quadro de Rafael e especifica o Da Vinci: *A Dama e o Arminho*, atualmente exposto no Museu Nacional de Cracóvia, na Polônia.

Bem ao contrário do que disse em seu interrogatório no sentido de que pedira a Hitler que deixasse funcionar as universidades e demais escolas na Polônia, Frank declarou, em 31 de outubro de 1939:

Os poloneses não precisam de universidades ou escolas secundárias: a terra polonesa deve virar um deserto intelectual. As únicas oportunidades

17 Evans (2012, p. 57) assevera que “Frank só permitia entretenimentos baratos e desprezíveis aos poloneses, como show de sexo, ópera ligeira e bebida. A música de compositores poloneses (inclusive Chopin) foi banida, e monumentos nacionais poloneses foram explodidos ou derrubados”.

18 Leia-se pilhagem: “a grande coleção reunida pela família Czartoryski, incluindo um Rembrandt e um Rafael, foi sistematicamente espoliada”, assinala Evans (2012, p. 677)

educacionais disponíveis devem ser aquelas que demonstrem a desesperança de seu destino étnico.

O abjeto, dissimulado e contraditório Hans Frank não passava credibilidade nem para sua família: “apesar da extensa declaração de culpa, até seu filho o repudiou ao duvidar da sinceridade de seu remorso escrito à mão”, sublinha Roland (2013, p. 55), referindo-se a Niklas Frank. Para este, citado por Crasniansky (2018, p. 101), o seu pai “sequer era um verdadeiro antissemita” e o considerava um patético puxa-saco, amoral, assassino e o covarde que construiu as câmaras de gás. Achava que “se Hitler tivesse dito para fazer a mesma coisa com os franceses ou com os chineses, ele também teria fabricado discursos inflamados contra eles, citando Nietzsche, Schiller, Goethe ou Corneille”. Ocorre que os nazistas, desde sempre, nunca ficaram apenas no discurso. A práxis é sua obra macabra anunciada. A literatura e a doutrinação nazista era vasta, sendo o livro *Mein Kampf* (Minha Luta) de Adolf Hitler um marco importante publicado em 1925. Nele, Hitler (s.d., p. 28) alerta que “a leitura não deve ser vista como finalidade, mas, sim, como meio para alcançar uma finalidade”. Para que tenhamos uma ideia, ainda que perfunctória sobre o alcance dessa obra, segundo Vitkine (2016, p. 54), “no fim do III Reich, 12.450.000 exemplares de *Mein Kampf* haviam sido vendidos”. E mesmo após o final da II Guerra Mundial, “é o livro mais comprado e mais lido depois da Bíblia e de Dom Quixote”. A sua proibição tem gerado como efeito um interesse em conhecê-lo e isso não se dá por mera curiosidade e nem relega suas ideias nefastas ao esquecimento. Penso que é preciso conhecê-lo para melhor identificá-lo e combatê-lo como parte de uma doutrina cuja adjetivação carece de uma palavra que revele sua múltipla natureza abjeta.

A ideologia nazista havia substituído o mandamento bíblico “honra teu pai e tua mãe”(Êxodo 20:12) pela prevalência do Estado. “Este ‘pai e mãe’ é agora expandido pela interpretação para ‘honrarás o Estado, porás em prática as suas leis e obedecerás as autoridades!’, frisa Voegelin (2007, p. 236). Essa obediência cega foi levada ao extremo, como sabemos. Niklas Frank, o filho caçula de Hans Frank, no entanto, sendo um dissidente dentro de sua própria família, levantou a voz contra o seu pai e contra o nazismo.

O polímata Vitor de Salles (poliglota, músico, compositor, jurista e literato) reporta-se a um livro publicado por Niklas Frank, filho caçula de Hans Frank, intitulado em alemão “Mein Familie und ihr Henker: Der Schlächter von Polen, sein Nürnberger Prozess und das Trauma der Verdrängung”. Salles traduziu o título e a sinopse. Eis o título: “A minha família e o seu carrasco: O Carniceiro da Polônia¹⁹, o seu julgamento em Nuremberg e o trauma da repressão”. E a sinopse:

Hans Frank, chamado de “O Açougueiro da Polônia”, foi réu no principal julgamento de crimes de guerra de Nuremberg, onde, dia após dia, eram discutidos os mais horribéis crimes nazistas contra a humanidade. Em 1º de outubro de 1946, o tribunal o condenou à morte por enforcamento. De repente, os Frank foram arrancados da riqueza e da arrogância e lançados na pobreza e no desprezo. Como a família lidou com isso? E como lidou Hans Frank, o principal responsável? Pela primeira vez, através de seu filho Niklas, é revelado o lado privado desse processo, que elevou a jurisdição mundial a um novo patamar.

¹⁹ Crasnianski (2018, p. 86) diz que Hans Frank é conhecido como “Açougueiro de Cracóvia”. Considero “Carniceiro da Polônia” mais exato. Steinert (2011, p. 418) registra “carniceiro dos poloneses”.

Este livro contém a correspondência única entre a cela 15 da prisão em Nuremberg e os “queridos em casa”. Ele mostra ao mundo como Hans, Brigitte e seus cinco filhos em comum – além de avós e outros parentes – lidaram com as consequências do Holocausto de maneira hipócrita, sentimental, calculista, fria, horrível, mas também amorosa, desesperada, grotesca e, de uma forma assustadora, até cômica – e como o reprimiram.

Para Niklas Frank, o filho mais novo, a morte de seu pai na forca foi um elixir de vida: “Ele não podia mais envenenar meu cérebro!”

Na versão em inglês, da *Biteback Publishing*, o livro de Niklas Frank (2021) tem prefácios de Philippe Sands e Sir Ian Kershaw, célebre historiador inglês.

Nenhum historiador de relevo que se debruce sobre o nazismo, nenhum biógrafo de Hitler²⁰ que preze pelo seu trabalho, ignora a figura de Hans Frank. Vasta é a bibliografia sobre o nazismo, sobretudo a respeito da história pessoal de Hitler. Um desses livros, no que tange às relações dos líderes nazistas com suas famílias, no particular, chama à atenção. Trata-se de *Filhos dos Nazistas: os impressionantes retratos de família da elite do nazismo*, de Tania Crasnianski, advogada penalista de origem russa, francesa e alemã (uma mistura explosiva, dado que esses países já guerrearam entre si em várias ocasiões).

No ensaio intitulado *Niklas Frank: o apetite pela verdade*, Crasnianski (2018) comenta a trilogia de Niklas Frank que cuida da família dele, referindo-se a Hans Frank (“Pai: um ajuste de contas”), a Brigitte Frank (“Minha mãe alemã”) e Norman Frank (“Irmão Norman!”), não sem adicionar informações sobre os demais membros da família, suas irmãs Sigrid e Brigitte, como a mãe; e seu irmão Michael.

Niklas Frank contava apenas com 7 anos quando o seu pai foi enforcado em Nuremberg, condenado por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Niklas *apud* Crasnianski (2018, pp. 95-96), “recorda com raiva” o último contato que teve com o pai ao visitá-lo com sua mãe na prisão em Nuremberg:

Eu tinha 7 anos quando ele morreu, e não chorei. Nós o tínhamos visitado na prisão, no início de setembro. Eu tinha entendido²¹ que ele ia morrer, só falavam disso no rádio e na escola. Eu estava sobre os joelhos de minha mãe, e ele, atrás de um vidro. Ele disse: “Então, Niki, daqui a três meses festejaremos o Natal todos juntos em casa!”. Eu pensei: “Como pode mentir ainda? Nunca mais nos veremos e ele ainda mente?”. Até hoje não entendo por que ele não disse: “Niklas, eu sou um criminoso e é normal que eu morra. Estou implicado em tudo isso, e lamento muito”

Niklas tem uma visão crítica, verdadeiramente ácida, sobre a história de sua família, sobretudo sobre seu pai, a quem abominava ainda em vida e nem a morte, que normalmente favorece ao defunto, o fez mudar de ideia. Continua detestando-o. Considera-o “um pobre idiota que só se interessava por joias, castelos e belos uniformes. A vida humana não tinha nenhum valor para ele”, anotou Crasniansky (2018, p. 90).

20 Na capa da publicação da biografia de Hitler por Kershaw (2010) no Brasil, pela Companhia das Letras, o ditador nazista aparece ao lado de seu cão Wolf numa fotografia de 1933. Wolf não ficou tão conhecido quanto Blondi, uma cadela da mesma raça pastor alemão, que morreu envenenada com uma cápsula de cianureto no Führerbunker, momentos antes do suicídio de Hitler.

21 Muitas coisas que entendemos aos 7 anos ecoam por toda nossa vida. Escolher entre as positivas e as negativas é o que vai determinar nossa caminhada. Não no sentido determinista, mas convém não ignorar que isso poderá servir de apoio para seguir em frente ou quedar-se inerte e abúlico. Essa escolha, que moldou em certa medida o nosso caráter, poderá sinalizar a jornada. Com toda razão, o filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso sentenciava: “o caráter de um homem é o seu destino”.

Niklas não tem uma visão muito diferente de sua mãe, a quem considera fútil, ambiciosa, alheia à tragédia que a rodeava, jactando-se de ser a “rainha da Polônia”, apelido que lhe dera Hans Frank. O seu irmão Norman, que era adolescente à época da ocupação nazista na Polônia, parecia viver absorto. E mesmo depois de reveladas as atrocidades nazistas, declarou: “meu pai é um criminoso nazista, mas eu o amava”. Sigrid, sua irmã mais velha, em 1966, emigrou com o marido para a África do Sul e aderiu ao *apartheid*, coerente com a ideologia nazista, além de adotar as teses negacionistas do holocausto. Sua outra irmã, Brigitte, suicidou-se aos 46 anos, mesma idade que Frank tinha ao ser executado. Ela nunca duvidou da inocência do pai e não suportava ter sobrevivido a ele. Era mãe de dois filhos. O mais novo, de 8 anos, dormia ao seu lado quando ela ingeriu a dose letal de soníferos. Quanto a Michael, em 1990, morreu obeso aos 53 anos. Consumia até 13 litros de leite diariamente. Dos cinco filhos de Hans Frank, somente Niklas rebelou-se contra tudo que o seu pai representava. Ele é o único filho de Frank ainda vivo e costuma ser convidado para proferir palestras em escolas na Alemanha. Perguntado sobre a crise que envolve os imigrantes na Europa e de como a Alemanha os acolheu, depois de dizer que considera isso magnífico, salientou que “a maioria esmagadora dos alemães se opõe a isso em silêncio”(CRASNIANSKI, 2018, pp. 106-107).

Com a aproximação do Exército Vermelho na Polônia, Hans Frank, no dia 03 de maio de 1945, fugiu de Varsóvia para sua propriedade na Baviera, perto do lago Schiliersee, comprada em 1936. Acabou sendo preso pelos norte-americanos no dia 04 de maio de 1946.

O Terceiro Reich pretendia durar mil anos. Durou doze anos e quatro meses e foi um verdadeiro inferno. George Steiner, *apud* Manguel (2005, p. 11) “afirmou que, até a época do nazismo, o inferno era um lugar imaginário: os crematórios de Auschwitz arraigaram os teológicos horrores medievais em terra firme e os despojaram de toda e qualquer literatura”. E resta evidente que o inferno não se limitou a Auschwitz. Eis um fragmento do inferno nazista, visto após a libertação pelo Exército Britânico, em 15 de abril de 1945:

(...) aqui neste pedaço de terra há pessoas mortas ou à morte. É impossível distingui-las... Os vivos apoiam as cabeças nos cadáveres e ao redor deles caminha a esmo uma procissão fantasmagórica e terrível de pessoas emaciadas, sem destino ou esperança na vida, impossibilitadas de mudar sua vida, incapazes de observar as visões terríveis ao redor... Bebês nasceram aqui, seres minúsculos que não conseguiram sobreviver... Uma mãe, que enlouquecera, gritou para um sentinela inglês pedindo que desse leite ao seu filho e, depois de jogar a minúscula trouxa que carregava nos braços dele, saiu correndo com um choro horrível. Quando a sentinela abriu a pequena trouxa, viu que o bebê havia morrido há alguns dias. Esse dia em Belsen foi o pior da minha vida” (Richard Dimbleby, jornalista correspondente da BBC, *apud* Roland, 2013, p. 10)²².

Todos os campos de concentração criados no III Reich eram destinados à exploração de trabalho escravo e extermínio de prisioneiros, cuja grande maioria era composta de judeus, o alvo principal do ódio racial nazista, mas também prisioneiros de guerra, opositores do regime totalitário, ciganos, criminosos, desajustados sociais, Testemunhas de Jeová,

22 Dificil não lembrar de Castro Alves (2008): “Senhor Deus dos Desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus! Se é loucura, se é verdade, tanto horror perante os céus?!”. E parafraseá-lo: Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus, onde estavas que não respondestes? Ou, ainda, diante das incessantes misérias humanas que nos afligem: onde estás que não respondes?

homossexuais ou quem quer que se opusesse ao Reich Alemão ou representasse, minimamente, algum perigo, real ou imaginariamente, à nova ordem.

O sentimento de culpa na Alemanha, apregoado por Hans Frank, que é coisa bem diversa da culpa externamente atribuída ao povo alemão e ao reconhecimento de uma culpa coletiva interna, no entanto, durou muitíssimo pouco. “Em 1946, 78% dos alemães consideravam os julgamentos de Nuremberg justos; em outubro de 1950, este número caíra para 38%!”, revelou pesquisa da Universidade de Illinois *apud* Voegelin (2007, p. 23). Um argumento de natureza jurídica passou a ser invocado para questionar os julgamentos: uma suposta violação do princípio da irretroatividade da lei penal. *Nullum crimen, nulla poena, sine proevia lege penali*, significando dizer que não existe crime nem pena sem lei penal anterior que os defina. Trata-se de um absurdo sofisma porque ordenamento jurídico algum ignora os crimes contra a humanidade em sentido lato, mormente na dimensão levada a efeito pelos nazistas. Em sentido estrito, uma coisa é a morte de um combatente; e até mesmo de civis como efeito colateral de uma guerra; outra, muito diferente, é o planejamento e execução em massa, de forma burocrática e sistemática, de pessoas por ódio racial ou até mesmo em desrespeito à vida de prisioneiros, convenção secular. Essa tese defensiva sequer foi cogitada pelo advogado Hans Frank, que trabalhou, como jurista, para criar um arcabouço justificativo ao chamado Direito Nazista. Adolf Hitler, no entanto, salienta Crasnianski *apud* Arendt (1918, p. 88), “execra o Direito, afirmando que nada se parece mais com um criminoso do que um jurista e que todos os advogados são maus por natureza ou se tornam maus com o tempo”. Roland (

Não exatamente como advogado, mas como administrador do Governo-Geral da Polônia, Hans Frank, como diria a patuleia, “meteu a mão na cumbuca” e passou a apropriar-se gananciosamente de bens de toda ordem, além de promover festas frequentes com as mais finas iguarias degustadas com vinhos e conhaques franceses, tudo servido em bandejas de pratas, enquanto isso, “ao redor, pessoas viviam numa miséria horrenda e morriam de fome”, comenta Crannianski (2018, p. 87), Roland (2013, p. 54) acrescentou:

Quando Hitler soube das atividades audaciosas de Frank, ele riu, porque sabia que poderia prendê-lo a qualquer momento e transportar seu roubo para Berlim. No entanto, era útil ao seu objetivo manter Frank no poder até que sua utilidade terminasse. Ele era eficiente demais para ser substituído.

Na sua monumental obra denominada *Hitler e os Alemães*, nessa larga e tenebrosa estrada rumo à “tendência geral e prontidão para o esquecimento”²³, Eric Voegelin (2007, p. 28) enfatiza:

Afinal, em 1945 e 1946, a maioria dos alemães sustentava a opinião de que o nacional-socialismo era uma boa ideia, porém mal implementada, e até meados da década de 1950, era igualmente mantido que, sem a guerra, Hitler teria sido um dos maiores estadistas da História alemã.

Sem a guerra? E todas as atrocidades cometidas pelos nazistas, inclusive com a edição de leis antisemitas, as Leis de Nuremberg, a partir de 1933, não seriam suficientes para colocar Hitler e o nacional-socialismo no lixo da história?

23 Voegelin (2007, p. 29)

Hans Frank esteve ao lado de Adolf Hitler desde a tentativa de golpe de Estado, em 09 de novembro de 1923, também conhecido como *Putsch* da Cervejaria ou *Putsch* de Munique, mas não chegou a ser preso nem processado. Esteve filiado ao Partido Alemão dos Trabalhadores (DAP), precursor do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) em favor do qual atuou fortemente como advogado e, simultaneamente, como advogado particular de Hitler, o que passou a fazer com exclusividade a partir de 1929. Com a ascensão deste ao poder, a partir de 1933, passou a figurar como Ministro da Justiça da Baviera e depois tornou-se um ministro sem pasta, atuando, principalmente, como consultor jurídico do *Führer*, até que, em 26 de outubro de 1939, com a ocupação da Polônia pela Alemanha, foi nomeado Governador-Geral daquele país, “em uma conversa muito curta, que durou menos de dez minutos”²⁴ com Hitler em um trem especial em que o *Führer* viajava e estava estacionado na Alta Silésia naquele momento.

Como Governador-Geral da Polônia, Hans Frank comandou o terror imposto ao povo polonês, judeu ou não, cujo destino era a submissão a trabalhos forçados, maus tratos, tortura e extermínio nos campos de concentração, quatro dos quais estavam subordinados ao seu comando: Belzec, Treblinka, Majdanek e Sobibór. O demais, dentre eles, Chelmno, Auschwitz e Birkenau não estavam na área do Governo-Geral.

Considerável parte do povo polonês foi simplesmente executada de forma sumária, a exemplo de oficiais do Exército²⁵ e intelectuais. O ódio racial nazista também era dirigido indistintamente aos eslavos. Shirer (1967, v.3, pp. 66-67) faz o resumo da ópera quanto aos desígnios de Hans Frank na Polônia, com base no seu diário exibido durante o julgamento em Nuremberg, “um dos mais estarrecedores documentos a saírem do tenebroso mundo nazista, descrevendo o seu autor como um homem frio, eficiente, cruel e sedento de sangue”:

Os poloneses – declarou ele no dia seguinte à sua posse no novo posto – deverão ser escravos do Reich Alemão.

A tarefa de Frank, além de arrancar da Polônia alimentos, suprimentos e mão-de-obra forçada, consistia em liquidar a classe culta. Acrescentou, confidencialmente, que eram “ordens do Führer” (...) Expressou-as da seguinte maneira: “Devem ser destruídos os homens que possam exercer liderança na Polônia. (...) Não há necessidade de sobrecarregar o Reich com isso... nenhuma necessidade de enviar esses elementos para o campo de concentração. (...) Seriam eliminados ali mesmo na Polônia”.

Cerca de 3.500 pessoas, as mais perigosas da classe culta polonesa, seriam assim eliminadas.

Meus camaradas!... Eu não poderia eliminar todos os piolhos e judeus em apenas um ano (“o público achou graça”, anotou ele neste ponto). Mas, com o tempo e se me ajudarem, esse objetivo será atingido.

Senhores, devo pedir-lhes que se libertem de qualquer sentimento de piedade. Precisamos aniquilar os judeus.

Como Governador-Geral, Hans Frank introduziu os “bairros judeus”, ou seja, os guetos e os distintivos com a Estrela de Davi para identificar os judeus, submetendo-os a maus

24 Interrogatório de Hans Frank perante o Tribunal de Nuremberg.

25 Os soviéticos não fizeram por menos. Veio à tona o Massacre de Katyn. Oficiais poloneses, prisioneiros de guerra, além de civis acusados de sabotagem e espionagem foram executados. 21.768 vítimas foram identificadas, dentre elas, além dos militares, professores, historiadores, artistas, intelectuais, poetas, funcionários públicos e membros do clero. A ação criminosa fora coordenada por Beria com a anuência explícita de Stalin.

tratos²⁶, à fome e a trabalhos forçados, segundo ele, para “reparar os danos causados pela guerra e para realizar o trabalho necessário para o próprio país”, tendo admitido que mandara reprimir a revolta do gueto de Varsóvia com o emprego de artilharia.

Interrogado em Nuremberg²⁷, Hans Frank disse que, como consultor jurídico de Hitler, o seu “primeiro esforço foi salvar o cerne do sistema de justiça alemão: o judiciário independente”. E, no entanto, para ele, “a ideologia nazista, especialmente conforme expressa no programa do Partido e nos discursos do nosso *Führer*, é a base para interpretar fontes legais”. Por óbvio, consoante ele próprio admitiu em seguida, supostamente contrariado, “o judiciário independente no Reich Nacional Socialista foi definitivamente eliminado”.

Hans Frank era um cínico. A Lei do Serviço Civil, de 7 de abril de 1933, expulsou os judeus do serviço público. E excluiu da magistratura não apenas os judeus, mas também qualquer juiz considerado suspeito pelo nazismo, ou seja, nos termos da referida lei, aqueles que não estivessem dispostos a submeter-se à ditadura nazista, sobretudo os “que demonstrassem não mais estarem aptos a intervir todas as vezes em favor do Estado Nacional-Socialista”. Shirer (1967, vol. 1, p. 399) adverte que “não foram muitos os juízes eliminados por essa lei”. E cita Frank, ao praticamente admoestar a magistratura alemã sobre qual era o seu dever, tendo em vista o que entendia por independência do judiciário:

Em face do Nacional-Socialismo não há lei independente. Ante qualquer decisão que tomardes, perguntai a vós mesmos: “como decidiria o *Führer* em meu lugar?” Em toda decisão, perguntai: “será esta decisão compatível com a consciência nacional-socialista do povo alemão”? Tereis então um firme e férreo fundamento com o qual (...) dotareis vossa própria esfera de decisão com a autoridade do Terceiro Reich.

Invadida pela Alemanha e União Soviética, a Polônia foi dividida em três partes. Duas anexadas aos territórios dos países invasores e uma terceira administrada pela Alemanha, cujo Governo-Geral, sem uma definição exata do que seria isso, dada a superposição de autoridades do III Reich, ficou a cargo de Hans Frank.

Para uma noção, ainda que superficial do sofrimento imposto ao povo polonês, que vai da expropriação de bens ao extermínio, passando pelo banimento, Evans (2018, p. 385) assinala:

Embora a propriedades polonesas e judaicas tenham sido confiscadas sem indenização, não foram nacionalizadas; em vez disso, eram redistribuídas a donos alemães sem um sistema capitalista duradouro. Somente as partes ocidentais da República Polonesa foram incorporadas ao Reich Alemão; os poloneses e os judeus que lá viviam foram levados para a área a eles reservada, o chamado Governo-Geral, administrado pelo jurista nazista Hans Frank.(...) Meio milhão de alemães étnicos do leste da Polônia, da Romênia, da União Soviética e de outra parte do Leste Europeu foram levados como colonos para a Polônia ocupada pelos nazistas, tomando o lugar de mais ou menos o mesmo número de agricultores poloneses desapropriados e banidos.

26 Os soldados alemães “picam papel, jogam os pedacinhos na lama e mandam as pessoas juntá-los, espancando-as enquanto elas se abaixam. (...) mandam os judeus deitar no chão e caminham por cima deles. Na rua Lezno, um soldado chegou de caminhonete e parou para surrar um pedestre judeu. Mandou ele deitar na lama e beijar o chão. Uma onda de maldade passou por toda a cidade, como que uma reação a um comando vindo de cima (Depoimento de Emanuel Ringelblum citado por Evans, 2012, p. 86-87).

27 O interrogatório de Hans Frank pode ser consultado na íntegra na internet. Se eu, que sou um deficiente em tecnologia da informação, consegui encontrá-lo, você, querendo, não terá dificuldade em fazê-lo. Lê-lo completamente, como eu o fiz, vai depender de seu interesse no assunto, além de “ter estômago”.

Hans Frank, a propósito dessa questão dos colonos alemães, reclama, no seu interrogatório, das violências sofridas pelos colonos alemães por parte da resistência polonesa. Disse ele:

Não o chamarei de atividade de guerrilha, porque se um povo foi conquistado durante uma guerra e organiza um movimento de resistência ativo, isso é algo definitivamente a ser respeitado, mas os métodos do movimento de resistência foram muito além dos limites de uma revolta heroica. Mulheres e crianças alemãs foram massacradas nas circunstâncias mais atrozes.

Por conta disso, aliado a uma tentativa de assassinato do chefe de polícia do Governo-Geral, Hans Frank empreendeu o que chamou de “ação de pacificação”, que consistiu no extermínio de 4 mil combatentes da resistência e intelectuais juntamente com 3 mil poloneses condenados criminalmente (EVANS, 2012. p. 43)

Noutro giro, Evans (2018, p. 322) diz que Hitler, em conversa reservada com seus auxiliares nazistas, um dia após a declaração de guerra aos Estados Unidos, consciente de que o conflito assumiria definitivamente uma proporção mundial, afirmou com veemência: “a guerra mundial está aqui. A aniquilação dos judeus deve ser a consequência necessária”. Hans Frank, dias depois, relatando o discurso de Hitler aos seus subordinados, enquanto Governador-Geral da Polônia, onde viviam 3,5 milhões de judeus, “foi brutalmente explícito”. Disse ele: “não podemos atirar nesses 3,5 milhões de judeus” (...); “não podemos envenená-los, mas devemos ser capazes de tomar medidas que de alguma forma levem ao sucesso do extermínio”.

Malandramente, no sentido mais pejorativo da expressão, ao perceber o avanço das forças aliadas e a inevitável derrota da Alemanha, Hans Frank registrou em seu diário, composto de 42 volumes que ele diz ter entregado voluntariamente aos oficiais do Exército Americano ao ser preso²⁸, as anotações de 14 pedidos de renúncia do cargo de Governador-Geral da Polônia a Hitler com registros de que obtivera respostas negativas. Guardou estes documentos numa tentativa ridícula de fazer prova de sua desvinculação com os crimes perpetrados pelo nazismo. Contudo, permaneceu no seu posto até o fim e empreendeu fuga apenas quando percebeu que seria impossível resistir. Acabou sendo preso pelo Exército Americano, submetido a julgamento em Nuremberg e condenado à morte na forca por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Se tivesse sido capturado pelos soviéticos seria, seguramente, executado sumariamente, possivelmente fuzilado. Aliás, o drama dos criminosos nazistas em Nuremberg não era a pena de morte, mas sua execução mediante enforcamento, o que consideravam degradante. Afinal, a forca, historicamente, era destinada aos criminosos comuns de baixa estratificação social. Alguns nazistas manifestaram o desejo e até invocaram um suposto direito ao fuzilamento, o que lhes foi negado porque não faziam jus a uma honraria militar²⁹ por evidente indignidade.

28 Shirer (1967, v. 3, p. 65), porém, apresenta outra versão sobre a apreensão do diário: “Foi encontrado em maio de 1945 pelo Tenente Walter Stein, do Sétimo Exército, no apartamento de Frank, no Hotel Berghof, nas imediações de Neuhaus, Baviera. Hans Frank, como se sabe, era um mentiroso compulsivo.

29 Consta, não recordo a fonte agora (talvez em Castañeda (1997); talvez em Montaner (1999) , talvez outra, que um oficial do Exército Cubano a serviço do ditador Fulgêncio Batista, julgado sumariamente pelos guerrilheiros chefiados por Che Guevara, pediu para comandar o pelotão de seu fuzilamento, tendo sido gentilmente atendido. Sobre Ernesto Che Guevara convém não esquecermos que ao discursar na ONU, no dia 11 de dezembro de 1964, em réplica após ter sido questionado por diversos embaixadores de países democráticos sobre as execuções sumárias em Cuba com seus Tribunais de Exceção, apelidados de *Paredón*, respondeu com arrogância revolucionária: “Fuzilamentos? Sim, temos fuzilado. Fuzilamos e seguiremos fuzilando, caso seja necessário”. Mas, que casos necessários seriam esses? Os fuzilamentos dos opositores ao regime comunista de Fidel Castro sem direito a um julgamento minimamente justo? As execuções abruptas dos indigitados torturadores que serviram ao regime do ditador Fulgêncio Batista sem direito a defesa? Nem mesmo se deram ao trabalho de levar a efeito um simulacro de julgamento como fizera o genocida Josef Stalin nos Processos de Moscou, que consistiram nos julgamentos de seus opositores ocorridos entre 1936 e 1938 na União Soviética, durante o denominado Grande Expurgo, com suas confissões obtidas mediante tortura e chantagem. Sobre o discurso de Guevara vide no Youtu-

Ao ser capturado no dia 04 de maio de 1945, em sua casa na Baviera, Hans Frank, após apanhar³⁰ dos soldados americanos, tentou suicidar-se cortando-se no pescoço; tentou novamente dois dias depois, ferindo-se no braço e no pulso. E justificou: “tentei cometer suicídio porque sacrifiquei tudo por Hitler. E aquele homem por quem sacrificamos tudo nos deixou sozinhos. Se ele tivesse se suicidado quatro anos antes, tudo bem”. Depois, já preso, disse que estava feliz por não ter conseguido êxito nas suas tentativas de suicídio porque “o suicídio é o pior dos pecados” (GOLDENSOHN, op. cit., pp. 54-55).

Com Hans Frank preso, além de furtos praticados contra a casa da família mediante “visitas noturnas de trabalhadores poloneses e ucranianos liberados dos campos”, relembra Niklas apud Cransnianski (2018, p. 95), uma certa feita um soldado americano fortemente armado, depois de saquear a adega dos Frank, colocou Brigitte e os filhos contra a parede, ameaçando executá-los. Brigitte permaneceu firme e forte e pediu apenas que ele não matasse as crianças até que um oficial chegou e conteve os excessos do soldado. A família Frank, a partir de então, passou por muitas privações, inclusive com os filhos mendigando comida. Brigitte, assim como aconteceu com outras esposas de membros da cúpula nazista, tais como Emmy Göring e Ilse Hess, acabou sendo presa em maio de 1947, sendo solta em setembro do mesmo ano. Essas mulheres, que viveram na mais elevada opulência, agora passavam fome e não tinham privacidade na prisão, no campo de Göppingen, dormindo em colchões de palha e convivendo com ratos e percevejos³¹. Ao voltar para casa, Brigitte Frank comentou com os filhos: “Foram minhas melhores férias. Emmy Göring também adorou”. Antes, no momento da execução do marido, Brigitte não derramou uma lágrima. O seu filho Niklas a vira chorar uma única vez: quando foi presa, angustiada com o que aconteceria com seus filhos (CRASNIANSKY, 2018, pp. 95-97).

Com a Alemanha devastada no pós-guerra e voltada, no plano político, para o processo de desnazificação da sociedade, a família Frank seguia passando por dificuldades materiais antes inimagináveis. Brigitte, então, resolve publicar o livro escrito por Hans Frank na prisão em Nuremberg denominado *Diante da Força*, que despertou considerável interesse e proporcionou um certo desafogo, mas não afastou em definitivo as atribulações.

Hans Frank revelou nesse livro de memórias, publicado por Brigitte Frank em 1953, que recebera de Hitler, em 1930, a incumbência de investigar sigilosamente sobre sua linhagem. Diz Frank (2018) que um sobrinho de Hitler chamado William Patrick Hitler, que vivia nos Estados Unidos, diante da ascensão política do tio, escreveu-lhe uma carta chantageando-o financeiramente, ameaçando-o de divulgar sua ancestralidade judia. Fast (2005, p. 13) menciona que “o signatário da tal carta fazia alusões a *algumas circunstâncias bem precisas da história de nossa família*”. Frank afirmava que o pai de Hitler, Alois, fora

be, querendo; sobre os processos de Moscou, a literatura é mui extensa, a exemplo de Volkogonov (2004) e Trotski (1983). A propósito, uma vez em Moscou, Che Guevara “ralhou com o embaixador cubano Faure Chomón quando este se opôs a depositar uma coroa de flores na tumba de Stalin”, segundo Castañeda (2007, p. 215). O embaixador cubano tinha razão. Os embaixadores na ONU ao questionarem Guevara, idem. Quanto ao número de fuzilados em Cuba, a partir de 1959, com a instauração do regime comunista, oscila entre 3.820 e 20 mil, dependendo da fonte, conforme Marreiro (2010), que cita o consagrado historiador inglês Hugh Thomas, o qual assegura que, até 1970, 5.000 cubanos haviam sido fuzilados pela ditadura castrista. Outras fontes sobre os fuzilados cubanos: para Courtois et al (2018), entre 17 e 20 mil. Fornés-Bonavía apud Marreiro (2010), por sua vez, estima pelo menos 4 mil até 1961. Números estorrecedores que excedem, e muito, os mortos pelas demais ditaduras latino-americanas. A ditadura militar brasileira, por exemplo, entre 1964 e 1985, consoante a Comissão Nacional da Verdade, teria matado ou desaparecido, o que dá no mesmo, 434 pessoas. Quanto à ditadura cubana e sua mortandade há quem festeje isso como uma conquista revolucionária. E construiriam o que sobre esses milhares de cadáveres? Uma sociedade mais justa como era prometido? Ou apenas a elite foi substituída e o povo continua sendo mera figura de retórica em busca de migalhas? Repito, para que não reste qualquer dúvida: toda ditadura é nefasta.

30 A informação dessa surra, possivelmente bem aplicada, é de Crasnianski (2018, p. 94)

31 Ainda assim, se comparada às condições de um grupo de trabalho forçado do campo de concentração de Belzec, era quase um luxo: “um relatório médico registrou, em setembro de 1940, que a acomodação era escura, úmida e infestada de parasitas; 30% dos trabalhadores não tinham sapatos, calças ou camisas; dormiam no chão, 75% em uma peça medindo cinco metros por seis metros, tão apinhados que precisavam deitar uns por cima dos outros. Não havia sabão nem instalações sanitárias nas choças; os homens tinham de se aliviar no chão durante a noite, visto que era proibido sair. As rações eram inteiramente inadequadas para o trabalho braçal pesado que se exigia que fizessem, basicamente em obras rodoviárias e no reforço de barreiras de rios”, relata Evans (2012, p. 78)

batizado sem indicação de sua paternidade, o que é verdade. E que a avó paterna de Hitler, Maria Anna Schicklgruber, supostamente trabalhara como doméstica para a família um judeu chamado Leopold Frankenger, em Graz, na Áustria. Frank suspeitara, então, que, tendo Maria Anna Schicklgruber apossado monetariamente esse judeu, ele, ou um filho dele, seria o pai de Alois. Ocorre que, cinco anos depois do nascimento de Alois, sua mãe Maria Anna casou-se com Johann Georg Hiedler. Alois, anos depois, quando já era funcionário público, conseguiu que Hiedler constasse como sendo seu pai. Do sobrenome Hiedler veio o patronímico Hitler. Kershaw (2010, p. 36) preleciona que o sobrenome Hitler é “uma variante de Hiedler, também escrito Hietler, Hüntler, Hütler, que significa pequeno proprietário”.

Essa versão sobre a ascendência judia de Hitler propalada por Hans Frank, no entanto, não restou provada, até porque os historiadores³² que pesquisaram sobre o assunto não localizaram nenhuma família Frankenger na região de Graz, onde viveu a avó paterna de Hitler. Ao que tudo indica, já preso e culpando Hitler por seu infortúnio, Hans Frank resolveu vingar-se apontando-lhe uma origem judia.

Noutra hipótese aventada por Steinert (2011, p. 20-22), a grande incógnita sobre a ascendência de Hitler subsiste, embora aponte outra duvidosa paternidade para Alois:

Eis os fatos. A 17 de junho de 1837, uma camponesa de 42 anos, Maria Anna Schicklgruber, dava à luz a um rapaz (...). A criança, filha de pai incógnito, recebeu o nome de Alois (...). A criança nasceu, portanto, em casa de Joahnn Trummelshlager, um camponês que acabaria por ser seu padrinho e que poderá ter sido mesmo o seu verdadeiro pai, embora não exista nenhum indício que sustente tal hipótese. (...) (Maria Anna) Aos 47 anos, desposou um moleiro itinerante desempregado, Johann Georg Hidler. (...) Em junho de 1876, Alois apresentou-se na paróquia de Döllersheim (acompanhado de três testemunhas) (...) Declarou ao padre que o marido de sua mãe, Joahann Georg Hidler, era o seu verdadeiro pai, e que este, depois do casamento, havia reconhecido a paternidade e expressara o desejo de legitimar o filho (...) por razões que se desconhecem, o nome de Hiedler aparece ali alterado para Hitler.

Ao que parece, Alois, o avô paterno de Hitler, quis registrar sua paternidade, quando já contava com 39 anos, para que sua carreira de funcionário público pudesse prosperar porque os filhos ilegítimos sofriam discriminação. Não foi Joahann Georg Hidler quem reconheceu essa paternidade e sim Alois quem a indigitou.

Quanto a Hans Frank, sua versão sobre a linhagem de Hitler foi exaustivamente investigada e não há qualquer indício de que tenha ancestralidade judia. “Pesquisas recentes têm reduzido ainda mais a validade de tal hipótese. Assim, hoje em dia, essa tese não é mais defensável”, assegura Fast (2005, p. 13). Idem para Steinert (2011, 23), que indica outra paternidade para Alois: “A tese do avô judeu parece, assim, não ter fundamento. Segundo o historiador Werner Maser, o pai de Alois não seria outro senão Joahann Nepomuk: sendo casado, este teria decidido fazer passar Alois por seu sobrinho”.

A Gestapo, em 1942, por ordem de Heinrich Himmler, destaca Fast (op.cit., p. 13), também andou investigando o assunto da origem da família de Hitler sem, no entanto, “solucionar o enigma”. Não obstante, concluiu, “com verossimilhança próxima da certeza”, de

32 Steinert (2018)

que Johann Nepomuk Hüttler seria o pai de Alois Schicklgruber, que veio a acrescentar, como vimos, o sobrenome Hiddler, variante de Hüttler, finalmente grafado Hitler, mas atribuindo a paternidade ao seu padastro Joahann Georg Hiedler. Johann Nepomuk Hiedler, no entanto, deixou uma parte considerável de seus bens para Alois, o que pode ser um forte indício favorável à tese sustentada pela Gestapo.

Para Kershaw (2010, p. 35), de todo modo, a mudança do sobrenome de Alois, de Schicklgruber para Hitler, teria sido “o primeiro dos muitos golpes de sorte para Adolf Hitler. E acrescenta:

O futuro ditador diria que nenhum outro ato de seu pai lhe agradara tanto quanto abandonar o sobrenome grosseiramente rústico, e podemos acreditar que foi mesmo assim. Com certeza, “Heil Schicklgruber” teria sido uma saudação improvável a um herói nacional.

A instauração do Tribunal de Nuremberg para julgamento dos líderes nazistas capturados não foi uma decisão tranquila e inquestionável entre os Aliados. Winston Churchill defendeu explicitamente a execução imediata por entender que os nazistas não concederam às suas vítimas um julgamento justo e, na maioria dos casos, sequer um julgamento; além do fato de que já estavam condenados pela opinião pública mundial.

Franklin Roosevelt sugeriu um breve interrogatório³³ seguido do pelotão de fuzilamento. Cogitou-se, por sugestão do Secretário do Tesouro Americano, Henry Morgenthau Jr., a celebração de um acordo entre Roosevelt e Churchill para a execução sumária dos nazistas presos. Coube a Henry Stimson, um republicano, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, a resistência a esse objetivo desditoso. E ele pode contar com o inesperado apoio de Josef Stalin, que convenceu Churchill com o seguinte argumento: caso os nazistas fossem sumariamente executados, “o mundo diria que seus inimigos haviam tido medo de julgá-los em um tribunal e, por isso, os condenaram à morte para silenciá-los” (ROLAND, 2013, p. 23).

Noutra versão, possivelmente mais verossímil, registrada por Gellately (2005), os três Aliados vencedores da II Guerra Mundial, o Presidente americano Roosevelt, o secretário-geral soviético Stalin e o primeiro-ministro britânico Churchill, teriam, inicialmente, concordado com as execuções sumárias para evitar as dificuldades de um complexo processo judicial. Até aqui, para liquidar o assunto, e quem fosse capturado pelos Aliados, conforme Gellately (2005, p. 09), “Churchill defendia uma lista de uns cinquenta a cem líderes nazistas”, número muito superior aos inicialmente julgados e condenados à morte no Tribunal de Nuremberg.

A tese, enfim acolhida, de um julgamento formal perante um tribunal, com acusação, defesa e exame de provas de ambas as partes de modo a fundamentar um veredicto imparcial, partiu do Ministro do Exterior da União Soviética, Vyacheslav Molotov, bem antes do desfecho da guerra, em 1942.

Na Conferência de Teerã, em 1943, de 28 de novembro a 1º de dezembro, durante o jantar, Stalin, sendo verdadeiramente Stalin, narra Gellately (2005, p. 9) “insinuou de passagem que, se no final da guerra uns 50 mil líderes das forças armadas alemãs fossem capturados e liquidados, o poderio militar da Alemanha estaria acabado”. Roosevelt discordou e sugeriu ironicamente que deveriam executar apenas 49 mil. Churchill protestou dizendo que o povo e

33 Durante as reuniões das delegações Aliadas para deliberar como funcionaria o Tribunal de Nuremberg, o juiz soviético Iona Timofeevich Nikitchenko, que tivera participação intensa nos Processos de Moscou, perguntou intrigado: “o que vocês da língua inglesa entendem por interrogar?” (GELLATELY, 2005, p. 15)

o Parlamento britânicos jamais aceitariam essas execuções em massa. Diante disso, Churchill se retirou do recinto e foi seguido por Stalin dizendo que estava brincando. Era, como se dizia antigamente, o “se colar, colou”. Por fim, já em 1944, Stalin passou a defender os julgamentos perante um tribunal porque considerava que isso poderia melhorar sua imagem perante o Ocidente. Gellately (2005, p. 13) liquida a controvérsia:

Foram Stalin e os soviéticos que talvez mais contribuíram para persuadir os outros Aliados de que algum tipo de processo judicial era o caminho a tomar. Stimson e outros continuaram tentando induzir o presidente a seguir naquela direção. Eles continuaram insistindo na necessidade de evitar a impressão de que os Aliados buscavam vingança. Este ponto de vista foi aceito pelo novo presidente, Harry S. Truman, ao assumir o governo, após a súbita morte de Roosevelt em 12 de abril de 1945.

Pacificado entre os aliados imprescindibilidade de um julgamento público, quatro tipos de acusação foram delimitadas para o Tribunal de Nuremberg: 1. Conspiração; 2. Crimes contra a paz; 3. Crimes de guerra; 4. Crimes contra a humanidade.

Dos nazistas julgados em Nuremberg, doze foram condenados à morte na forca. Um deles, Martin Borman, secretário pessoal do *Führer*, julgado à revelia, morreu em 02 de maio de 1945, antes mesmo do início dos julgamentos em Nuremberg, que só se começaram em 20 de novembro de 1945 e foram concluídos em 1º de outubro de 1946. Somente em 1998, mediante exame de DNA, um crânio foi identificado como sendo o de Martin Borman, que teria morrido tentando fugir do cerco do Exército Soviético a Berlim.

Os demais condenados à pena capital e executados na forca foram os seguintes: 1. Hans Frank; 2. Wilhem Frick; 3. Alfred Jodl; 4. Ernest Kaltenbrunner; 5. Wilhelm Keitel; 6. Joachim von Ribbentrop; 7. Alfred Rosenberg; 8. Fritz Sauckel; 9. Arthur Seyss-Inquart; 10. Julius Streicher.

Condenado à morte, Hermann Goering suicidou-se com uma cápsula de cianureto de potássio³⁴, duas horas antes da execução, a fim de não ser enforcado, frustrando o carrasco, porque considerava a forca um fim indigno para um soldado. Deixou claro, no bilhete destinado à sua esposa, que não faria objeção ao fuzilamento.

Também se suicidou, antes mesmo do veredicto, Robert Ley, líder da Deutsche Arbeitsfront (Frente Alemã do Trabalho – DAF), o sindicato unificado vinculado ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), depois de apenas cinco meses de prisão em Nuremberg. Ley enforcou-se no banheiro de sua cela improvisando um laço feito de toalhas amarradas em um cano. Estava perturbado mentalmente e passava a maior parte do tempo, observou Evans (2012, p. 835), “escrevendo longas cartas para sua esposa Inge, que havia cometido suicídio em 1942”. Para completar, “ele também escreveu as imaginárias respostas da falecida Inge a suas cartas (*Você retratou o Líder como ele realmente é com muita coragem: o maior alemão de todos os tempos*)”.

Robert Ley deixou um bilhete explicando o seu gesto letal: “não conseguia suportar

³⁴ De igual modo cometeu suicídio “Heinrich Himmler, a encarnação do terror policial, capturado pelos britânicos usando nome falso e um uniforme de sargento da Wehrmacht, esmagou uma cápsula de cianureto de potássio num centro de interrogatório, próximo de Lüneburg em 23 de maio, assim que se descobriu sua verdadeira identidade” (KERSHAW, 2010, p. 999). Himmler trazia essa cápsula implantada na boca como se fora um dente de vidro. Vários nazistas, com a queda do III Reich, suicidaram-se e “suicidaram” suas famílias, como fizeram desgraçadamente Joseph Goebbels e sua esposa Magda, que assassinaram seus seis filhos, entre 12 e 4 anos de idade, usando cápsulas de cianureto de potássio enquanto dormiam no Bunker do Führer, após o suicídio de Hitler e de sua esposa Eva Braun. Condenado à prisão perpétua, Rudolph Hess foi o último dos suicidas nazistas. Enforcou-se na prisão de Spandau em 1987. Tinha 93 anos de idade. Demorou muito para tomar uma atitude.

a humilhação de ser tratado como criminoso de guerra sem ser nada disso”(EVANS, op. cit.). Görtemaker (2011, p. 154), traçou-lhe o retrato moral:

Acoimado no Terceiro Reich de “beberrão federal” corrupto, Ley se conservou até o fim da vida um acrítico e devotado ajudante de Hitler. Suas palavras de despedida – “mas, ser chamado de criminoso, isso eu não admito” – dão a medida de seu envolvimento e de sua limitação intelectual.

O nazista Gustav Krupp teve as acusações canceladas por conta de sua saúde debilitada, tendo sido considerado incapaz de compreender e responder pelos seus crimes ao utilizar mão de obra escrava de judeus e prisioneiros durante a II Guerra Mundial, como diretor da indústria pesada Krupp para produção de aço, principalmente.

De resto, advieram as penas privativas de liberdade. Três foram condenados à prisão perpétua: Rudolf Hess, Erich Raeder³⁵ e Walther Funk³⁶. Dois, a vinte anos de prisão: Albert Speer e Baldur von-Schirach. Um, a quinze anos: Konstantin von Neurath; e um, a dez anos: Karl Dönitz. Três réus, porém, restaram absolvidos: Hans Fritzsche, Franz von Papen e Hjalmar Schacht.

Eis o veredicto de Hans Frank: culpado das acusações 3 e 4, isto é, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Pena: morte por enforcamento. Rolland (2013, p. 174) sintetiza:

Hans Frank foi responsável pela disseminação do terrorismo na Polônia; sua exploração econômica causou a morte por inanição de milhares de pessoas; em sua política de envio de trabalho escravo para a Alemanha, ele deportou mais de um milhão de poloneses; e exterminou pelo menos 3 milhões de judeus.

Shirer (ibidem,v. 3, p. 65), possivelmente, é quem apresenta o melhor perfil de Hans Frank:

Frank era o exemplo típico do facínora intelectual nazista. Ingressara no partido em 1922, logo depois que se formara numa Faculdade de Direito e adquirira rapidamente renome como orientador jurídico do movimento. Sagaz, enérgico, muito lido não só em direito como em literatura geral, apreciador das artes, especialmente da música, tornou-se uma força na profissão de advogado depois que os nazistas assumiram o poder. Serviu como Ministro da Justiça da Baviera, depois como Ministro sem pasta do Reich e presidente da Academia de Direito e da Associação dos Advogados Alemães. Uma figura morena, guapa, elegante, pai de cinco filhos, sua inteligência e cultura contrabalançavam em parte seu primitivo fanatismo e até esse tempo fizeram-no um dos menos repulsivos elementos que cercavam Hitler. Por trás desse verniz de civilizado, porém, estava o assassino frio.

A uma hora e quize minutos do dia 16 de outubro de 1946, os nazistas condenados à morte pelo Tribunal de Nuremberg dirigiram-se ao cadafalso onde os esperava o primeiro-sargento John Wood, carrasco norte-americano. Joachim Ribbentrop foi o primeiro dos dez a

35 Em 1955, por conta de sérios problemas de saúde, Erich Raeder foi libertado. Morreu cinco anos depois, aos 84 anos, no dia 6 de novembro de 1960.

36 Walther Funk morreu aos 69 anos, em 31 de maio de 1960. Tinha sido posto em liberdade em 1957.

ser enforcado; Hans Frank, o quinto. Tinha 46 anos. O seu cadáver e os dos demais executados, além dos restos mortais do suicida Göring, foram cremados no cemitério de Ostfriedhof, em Munique. As cinzas foram lançadas no rio Isar, afluente do Danúbio, em ponto não especificado.

Diante do patíbulo, as palavras de Hans Frank, alcunhado merecidamente de “O Carniceiro da Polônia”, talvez só tenham sido sinceras ao agradecer o tratamento que lhe fora dispensado durante o seu encarceramento em Nuremberg. Entretanto, ao pedir a Deus que o recebesse em sua piedade, ao mínimo exame de sua consciência, por certo sabia que, no seu caso, o Diabo, com todo direito, já tinha preferência sobre sua alma há muito tempo. O Príncipe das Trevas não admite cláusula de retrovenda das almas que compra. Não abandona e nem renuncia a quem é seu, de modo que Hans Frank foi bem acolhido.

REFERÊNCIAS:

ABBOTT, Elisabeth. Amantes: uma história da outra. Rio de Janeiro: Record, 2016.

ALVES, Castro. O navio negreiro. Global Editora: São Paulo, 2008.

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTAÑEDA, Jorge G. Che Guevara: a vida em vermelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

COURTOIS, Stéphane et al. O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

CRASNIANSKI, Tania. Filhos de nazistas: os impressionantes retratos de família da elite do nazismo. São Paulo: Vestígio, 2018.

EVANS, Richhard J. A chegada do Terceiro Reich. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. O Terceiro Reich no poder. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. O Terceiro Reich em guerra. São Paulo: Planeta, 2012.

_____. Terceiro Reich na história e na memória. Novas perspectivas do nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FAST, Joachim. Hitler. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FRANK, Hans. Im Angesicht des Galgens. Passau: Sketec - Verlag , Published in Germany, 2018.

FRANK, Niklas. The father a revenge. A son's judgement on his nazi war criminal father. Traslated by Arthur S. Wensinger with Carole Clew-Hoey. Hull: Biteback Publishing, 2021.

GELLATELY, Robert. Nuremberg: vozes do passado. Introdução in GOLDENSOHN, Leon. As entrevistas de Nuremberg: conversas de um psiquiatra com os réus e as testemunhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDENSOHN, Leon. As entrevistas de Nuremberg: conversas de um psiquiatra com os réus e as testemunhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GÖRTEMARKER, Heike B. Eva Braun: a vida com Hitler. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HITLER, Adolf. Mein Kampf. Sine loco: Sine Nomine, s.d.

HORÁCIO. Sátiras. São Paulo: EDIPRO, 2011.

KAHN, Leo. Julgamento em Nuremberg: epílogo da tragédia. Rio de Janeiro: Renes, 1973.

KERSHAW, Ian. Hitler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MANGUEL, Alberto (Org.). Contos de horror do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARREIRO, Flávia. “Paredón” cubano vitimou ao menos 3.820. São Paulo: Folha de São Paulo, 21.03.2010.

MONTANER, Carlos Alberto. *Viaje al corazón de Cuba*. Madrid: Plaza & Janés, 1999.

ROLAND, Paul. Os julgamentos de Nuremberg: os nazistas e seus crimes contra a humanidade. São Paulo: M. Books, 2013.

SHIRER, William L. Ascensão e queda do III Reich. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, 4 vol.

SOUZA, Percival de. Autópsia do medo: vida e morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

STEINERT, Marlis. Hitler. São Paulo: Babel, 2011.

TROTSKI, Leon. Os processos de Moscou. São Paulo: Traço: 1983.

VITKINE, Antoine. Mein Kampf: a história do livro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

VOEGELIN, Eric. Hitler e os alemães. São Paulo: É Realizações, 2007.

VOLKOGONOV, Dimitri. Stalin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.





TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

COMISSÃO
PERMANENTE DE
EMÓRIA



UNICORP
UNIVERSIDADE CORPORATIVA
MINISTRO HERMES LIMA



CONIB
Confederação Israelita do Brasil



SIB
Sociedade Israelita da Bahia

museu do
Holocausto
CURITIBA | BR

